

22/06/2016 - Sinttel-ES

Privataria: como os acionistas saquearam a BrOi

A propósito da patranha, a maior roubalheira do suposto Capitalismo brasileiro e que resultou na quebra da Oi, é imprescindível ler essa análise do sereno e competente Samuel Possebon, na respeitada Teletime, de Rubens Glasberg (veja na aba " não me

calarão" que alguns dos saqueadores tomaram uma surra do ansioso blogueiro na Justiça):

Uma forma de analisar a história da Oi e o seu complicado momento atual é através dos interesses dos seus acionistas controladores. Talvez só esta forma explique o quadro presente, num cenário em que, ao longo do tempo, os controladores buscaram em primeiro lugar seus interesses, e não os da companhia. O resultado é o que está na mesa.

A história de nenhuma outra empresa de telecomunicações atuante no Brasil chega nem perto do grau de turbulência e drama vividos pela Oi. Com quase R\$ 60 bilhões em dívida, em meio a um complexo cenário de renegociação de dívida e na iminência de uma possível (e traumática) recuperação judicial, sem falar das dificuldades para manter o ritmo diante dos competidores, é inacreditável que (mais uma vez) os interesses de alguns acionistas ainda estejam prevalecendo em detrimento dos interesses da empresa. Desde a privatização, foram nove presidentes, fora os interinos. Na média, um a cada dois anos, quase todos saíram em função de desgastes com os controladores. Bayard Gontijo foi o mais recente.

Olhando para o passado, fica fácil elencar os fatos que ilustram como a Oi foi, em quase todos os grandes movimentos corporativos vividos pela empresa, apenas uma arena para que cada um ou mais de seus acionistas realizassem um ou outro interesse específico, em detrimento da saúde da empresa. Começou cedo: em 1999, logo após a privatização, a empresa



sofreu a sua primeira reorganização societária, com a venda das participações da Inepar e da Macal, que não conseguiam acompanhar os investimentos necessários para bancar a empresa. Ali entraram BNDES, Opportunity e Citibank na composição de controle,

criando uma sobreposição regulatória com a Brasil Telecom que engessou as possibilidades de investimentos na empresa, limitou a participação dos fundos de pensão, gerou estratégias conflitantes com outras operadoras e que teria consequências anos depois, na entrada no mercado de celular.

No começo dos anos 2000, coube aos acionistas, e não à Telemar diretamente, a disputa pelas licenças de telefonia móvel. A Telemar acabou comprando, em 2003, o pacote pronto para o mercado de celular da TNL-PCS, que tinha seus próprios sócios como controladores, sem ter opção de desenhar um projeto próprio. Pagou o valor simbólico de R\$ 1, mas de cara dobrou o tamanho de sua dívida, que chegou aos R\$ 10 bilhões, iniciando a corrosiva escalada financeira. Desnecessário dizer que a dívida deixou de ser dos acionistas controladores e foi para o balanço da empresa.

No meio do caminho, houve ainda uma série de transações menores, mas que tinham como traço comum um acordo conveniente, em que a tele incorporava investimentos dos seus sócios. Foi assim com a Pegasus (detentora de infraestrutura corporativa), iG (portal de Internet), Contax e outras empresas menores, sempre com um acionista da Telemar vendendo e a própria Telemar comprando, e às vezes vendendo de volta.

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/privataria-como-os-acionistas-saquearam-a-broi/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/6/2016 - Telesíntese

Oi acha que TAC entra na fila dos credores, mas não tem posição sobre imóveis



A Oi está contratando pareceres para saber o que pode ou não colocar na mesa da renegociação judicial. A princípio, acredita que o TAC negociado com a Anatel, que resultou em uma promessa de investimentos de R\$ 3,2 bilhões em troca de multas entra na fila de espera dos pagamentos. Quanto à possível venda dos imóveis reversíveis, não está nos planos da empresa. Por enquanto.

Não queremos fazer nada de forma destrutiva. É uma situação nova para todos. Estamos analisando, contraindo informações, contratando pareceres, saber quais são os melhores caminhos para começar a trabalhar. Mas não acreditamos e não queremos um enfrentamento com a Anatel.

Assim um interlocutor qualificado da Oi falou ao Tele.Síntese sobre a posição do grupo sobre uma possível venda dos bens reversíveis da empresa, conforme havia sugerido a esse noticiário o advogado Floriano de Azevedo Marques. Para esse executivo, a interpretação de Azevedo Marques é só um parecer, como há outras interpretações, que estão sendo analisadas também pela Oi, que começa agora a buscar a melhor solução.

A empresa pediu recuperação judicial na semana passada, para um dívida de R\$ 64,5 bilhões

TAC

Embora ressalvando ser ainda prematura, porque não foi batido o martelo, a primeira avaliação da empresa é de que o TAC firmado pela operadora e aprovado pelo Conselho Diretor da Anatel – no valor de R\$ 3,2 bilhões – estaria na lista dos créditos a serem negociados na recuperação judicial. “Mas isso, a Anatel e o juiz terão que aceitar”, pondera o interlocutor.

Ele considera que os R\$ 10 bilhões que foram incluídos na lista da dívida global da empresa – a Anatel é um dos principais credores nacionais – não podem ter outra interpretação que não a sua conversão em equity e investimentos, através do mecanismos do TAC, ou seu questionamento, pela judicialização, como foi feito em muitos casos. “Isso não muda”, explica o executivo, assinalando que as negociações com as áreas técnicas da agência em torno dos outros processos de TAC continuam sendo tocadas. “Há serenidade dos dois lados”, afirma

Mas para a empresa, não basta tocar a nova situação com as mesmas métricas. É preciso continuar a discussão da mudança estrutural do modelo. “O esforço foi feito e é nobre resolver o passivo regulatório. Mas sem discutir os indicadores, que estavam errados, não é possível também. E o resto do setor, vai cumprir o TAC, enquanto a Oi cumpre outro trâmite?”, indaga. As decisões, entende o executivo, demandam mudanças mais amplas.

A Oi aguarda para o fim da próxima semana a manifestação favorável da justiça do Rio de Janeiro de seu pedido de recuperação judicial. A justiça deverá indicar um administrador para acompanhar as negociações. Por parte da empresa, deverá continuar a ser o mesmo banco que negociava com os bandholders estrangeiros.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/06/2016 - Carta Maior

Crise da 'Oi': falácia da privatização

Ao mesmo tempo em que o governo enche a boca para tecer elogios à possibilidade de vender empresas estatais, as manchetes estampam o escândalo da Oi.

A turma que tomou de assalto o Estado brasileiro a partir do golpeachment em curso tem muita pressa. Tendo em vista as dificuldades políticas crescentes enfrentadas pelo presidente interino na condução de sua equipe cambaleante, aumenta a cada dia que passa a possibilidade de que a decisão definitiva do Senado Federal não corrobore a tese putschista.

Apesar de toda a blindagem proporcionada pelos principais órgãos de comunicação ao núcleo econômico de Temer, a realidade é que seu governo não consegue decolar de fato. A melhoria das chamadas "expectativas" do grande capital e do mundo empresarial privado é aspecto essencial para que haja uma reversão do quadro recessivo. Para tanto, contam bastante as impressões forjadas e divulgadas de forma ampla pela grande imprensa de que a equipe é competente, formada por profissionais de elevada capacitação e que não se deixariam influenciar pelo populismo do universo da política.

Pura balela! Não existe neutralidade técnica na definição e muito menos na condução da política econômica. Nem aqui, nem em qualquer outro país do mundo. Os principais responsáveis pela área da economia brasileira atualmente são pessoas que sempre mantiveram uma relação de profunda intimidade com os interesses do financismo. Assim, para além da continuidade da implementação do austericídio radicalizado, o grupo pretende aproveitar a circunstância para avançar ainda mais o processo de privatização.

Não há razão para privatizar.

Ocorre que o curso da História por vezes nos prega peças inesperadas. Para além das trapalhadas e desencontros de integrantes da equipe provisória, agora surge em cena outro obstáculo à tentativa de transferir parcela do patrimônio público ao setor privado a preço de banana. Assim, ao mesmo tempo em que o governo enche a boca para tecer elogios à possibilidade de vender empresas estatais, as manchetes

estampam o escândalo da Oi.

A difícil situação fiscal que o Brasil atravessa atualmente tem sido utilizada como desculpa para retomar a venda de patrimônio público. A nomeação de experientes economistas tucanos ligados ao processo de privatização dos anos 1990 para posições estratégicas no governo não esconde a verdadeira intenção de Temer. Por trás do discurso relativo à necessidade de redução da dívida pública, são listadas empresas como Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresas de Correios e Telégrafos, Instituto de Resseguros do Brasil e outros.

No entanto, o que poucos analistas do mercado financeiro revelam é que o valor patrimonial de tais empresas é muito pequeno face ao estoque da dívida da União. E mesmo esse dado de endividamento é ainda bastante modesto, quando comparado aos países do chamado mundo desenvolvido. Nossa relação "dívida pública bruta/PIB" encontra-se ainda abaixo dos 70%, índice que não apresenta nenhuma perspectiva catastrófica, como pretendem alguns propagadores do caos. Veja como está o caso de alguns países: Japão com 220%; Estados Unidos com 105%; Canadá com 100%; média da zona euro com 91%.

Um dos maiores exemplos de que a privatização não soluciona problemas estruturais de empresas e de mercados reside justamente no caso brasileiro das telecomunicações. O patrimônio público foi generosamente negociado com o capital privado, estimulado por um conjunto amplo de mecanismos de multiplicação dos ganhos para os novos proprietários. Assim, as operações foram contempladas com subavaliação do patrimônio público transferido, empréstimos generosos do BNDES, apoio financeiro dos fundos de pensão de empresas estatais e um sem número de bondades de natureza fiscal.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Crise-da-Oi-falacia-da-privatizacao/7/36322>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/06/2016 - Carta Maior

Oi, terceirizar não resolve, viu?

A experiência concreta mostra que a ampliação da terceirização não é garantia de sucesso econômico, mas sim fator de enorme dano à classe trabalhadora.

O setor empresarial, apoiado por alguns juristas, economistas, veículos de informação e políticos, tem dito que a único modo de melhorar a saúde econômica das empresas é promovendo a ampliação da terceirização.

Disseram a mesma coisa no início da década de 90, quando quiseram ampliar as possibilidades de intermediação de mão-de-obra, antes limitadas às hipóteses do trabalho temporário (Lei n. 6.019/74) e do trabalho de vigilância (Lei n. 7.102/83).

A economia não melhorou, aliás, piorou, e em vez de se ter aprendido que é totalmente inconsistente a defesa dessa ideia, a não ser para atender a propósitos restritos não revelados, querem incorrer no mesmo erro.

Ora, é muito fácil prever que a economia só tende a piorar com a precarização das condições de trabalho, mas sequer é preciso passar por uma experiência dessa ordem, que seria desastrosa para muita gente, para que se consiga constatar a ocorrência do fenômeno.

O exemplo do momento é o da empresa Oi.

Nesta semana, a Oi foi declarada em recuperação judicial, estando, pois, confessada a sua impossibilidade econômica de respeitar compromissos contratualmente assumidos.

Caso fossem autênticas as teses liberais geralmente defendidas a Oi teria que ser um sucesso econômico, pois adveio de uma privatização aos moldes tucanos e ao mesmo tempo recebeu do Estado, financiamento, incentivos fiscais, reserva de mercado e uma lei (embora inconstitucional[1]) que lhe permitiu explorar o trabalho por meio da tão aclamada terceirização da atividade-fim.

A Lei n. 9.472/97 (art. 94), que autorizou a terceirização da atividade-fim no setor das telecomunicações, adveio no bojo do espírito neoliberal do governo FHC, cuja atuação marcante foi a da privatização de inúmeras empresas estatais. Segundo destaca Grijalbo

Fernandes Coutinho, "Ávido para dar cumprimento ao projeto neoliberal, entreguista, antissocial e afinado com as premissas do denominado Consenso de Washington, o governo FHC radicalizou na política de privatização de inúmeras atividades essenciais antes executadas pelo Estado brasileiro, promovendo, ainda, intensa terceirização de mão de obra em todos esses serviços." [2]

Lembre-se que o propósito das leis de privatização foi o de conferir vantagens aos adquirentes das estatais no sentido de garantir investimento econômico nos setores respectivos, como se deu no caso das empresas de estradas de ferro e dos Bancos.

Mas ao longo dos anos de atuação das empresas de telecomunicações, todas elas, que se valeram em larga escala da terceirização, foi o legado de um enorme rastro de supressões de direitos, sobretudo trabalhistas (incluindo um elevado número de acidentes do trabalho[3]) e consumeristas, que lhes assegurou, inclusive, a trágica conquista de serem as maiores acionadas nos Tribunais, sendo que com a recuperação judicial o sofrimento de trabalhadores e consumidores só tende a aumentar.

Enfim, fica a certeza, dada a experiência concreta, de que a ampliação da terceirização, atingindo, inclusive, a considerada atividade-fim da empresa, não é garantia de sucesso econômico, sendo, isto sim, fator de um enorme dano à classe trabalhadora, à administração da Justiça e à sociedade em geral.

[1]. COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *O Direito do Trabalho Flexibilizado por FHC e Lula*. São Paulo: LTr, 2009, p. 92.

[2]. *O Direito do trabalho flexibilizado por FHC e Lula*. São Paulo: LTr, 2009, p. 91.

[3]. DUTRA, Renata e FILGUEIRAS, Vitor. *Terceirização: o Supremo e o setor de telecomunicações*. In: <http://antigo.brasilefato.com.br/node/30011>, acesso em 22/06/16.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - CUT

Temer quer acabar com FAT, que paga seguro-desemprego

O Fundo de Assistência ao Trabalhador, criado em 1990, financia também programas de geração de empregos e renda, além do abono salarial

O governo ilegítimo de Temer já anunciou publicamente que quer mexer nas regras de financiamento do FAT. Pela PEC (Proposta de Emenda Constitucional), ainda não enviada ao Congresso, Temer defende o fim do repasse de 40% das verbas do Fundo para o BNDES. A proposta determina também a desvincula-

ção do PIS/Pasep, principal fonte de recursos do FAT, para ser usado em outras finalidades. Esta mudança vai inviabilizar o pagamento do abono salarial.

Por fim, as medidas, na prática, vão acabar com o dinheiro usado para pagar o seguro-desemprego. As medidas propostas pretendem canalizar esse dinheiro para pagar outras despesas.

“Isso é grave, é dramático. O FAT vai acabar em pouco tempo caso a proposta seja aceita”, informa o secretário nacional de Finanças e Administração da CUT, Quintino Severo. Quintino é o conselheiro da Central no Conselho Deliberativo do Fundo (Codefat).

BNDES

Pela lei que criou o FAT, em 1990, 40% dos recursos são emprestados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse dinheiro é atualizado mensalmente pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e esse excedente é repassado regularmente para o FAT. O montante dos recursos continua pertencendo ao FAT, e nas mãos do BNDES é aplica-



do em programas de infraestrutura e em financiamentos para empresas. “Trata-se, portanto, de uma finalidade que gera emprego e renda”, avalia Quintino. “Isso vai desaparecer”.

Abono salarial

O abono é pago anualmente a trabalhadores de baixa renda e para parte do contingente de de-

sempregados que puder comprovar um determinado tempo de registro em carteira. “Este ano, a previsão é de que o pagamento do abono vai injetar na economia algo em torno de R\$ 17 a 20 bilhões na economia”, informa Quintino. Ano que vem, caso esta proposta do Temer tenha espaço, isso acaba.

“Claro que o governo ilegítimo não vai dizer isso, mas na prática é o fim do FAT”, insiste o dirigente da CUT. “Eles vão pegar um patrimônio dos trabalhadores e usar para ajuste fiscal, aliviando a carga para a elite”.

Outra finalidade do FAT é financiar o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que inclui as (CATs) centrais de trabalho e renda, sob administração das prefeituras, onde são oferecidos empregos abertos pela iniciativa privada e poder público. O Sine também oferece cursos de qualificação.

A CUT promete resistir à iniciativa, seja em sua participação no Codefat, nas manifestações organizadas pelo “Fora Temer” e na pressão sobre o Congresso.